Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

MARIANA PIRES DUARTE GUIMARÃES

A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Brasília – DF
2015

MARIANA PIRES DUARTE GUIMARÃES

A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Professor Orientador: Drª Maria Veralice Barroso.

Brasília – DF

2015

Guimarães, Mariana Pires Duarte.

A inclusão escolar de pessoas com deficiência física / Mariana Pires Duarte Guimarães. – Brasília, 2015.

61 f. : il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia – EaD, 2015.

Orientador: Prof. Dra. Maria Veralice Barroso, Instituto de Psicologia.

1. Inclusão Escolar. 2. Deficiência Física. 3. Formação Profissional. 4.Atuação Profissional.

I. Barroso, Maria Veralice, _orient. II. Título. Doutora pela Universidade de Brasília.

MARIANA PIRES DUARTE GUIMARÃES

A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA (DF)

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do (a) aluno (a)

Mariana Pires Duarte Guimarães

Drª Maria Veralice Barroso

Professor-Orientador

Drª Sainy C. B. Veloso

Professor-Examinador

Brasília, 14 de novembro de 2015.

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, que até aqui me sustentou; a minha família: meu filho e meu esposo, que tanto tiveram paciência e foram minha inspiração; e aos meus alunos, que me ensinam a cada dia o que é ser uma educadora.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, meu marido, minha tutora e orientadora que me apoiaram nesta jornada,
os quais são exemplos de vida, coragem e perseverança.
Não existem palavras capazes de expressar fielmente meu amor e carinho a cada um de vocês, pois, sou grata pela confiança e cumplicidade que me fizeram ser o que sou hoje: professora.

“A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro.”

(ABRAMOWICZ, 1997)

RESUMO

O presente estudo trata de um campo que já vem sendo explorado na área de educação, porém, ao mesmo tempo, é desafiador aos profissionais da educação: a inclusão escolar de pessoas com deficiência física (DF). E uma maneira de contribuir nesta busca incessante por respostas, é a atuação do educador e da escola, que de maneira positiva, pode intervir na interação e integração do aluno com deficiência física no ambiente escolar. Este estudo tem por objetivo a busca da diminuição das disparidades dentro das instituições de ensino inclusivas com relação aos alunos com deficiência física, por meio da diminuição das dificuldades encontradas por eles dentro da escola, com relação à acessibilidade, da busca pela conscientização dos profissionais de educação sobre o atendimento e ensino dos alunos com deficiência física, além da conscientização dos alunos sem deficiência sobre o convívio com os mesmos. Inicialmente, para a construção teórica desta pesquisa, foram analisadas as diferentes percepções sobre as pessoas com deficiência ao longo da história. Em seguida, observou-se a legislação pertinente às pessoas com deficiência, caracterização das pessoas com deficiência física (DF) e a base teórica no contexto da inclusão escolar. O método de pesquisa é o estudo de caso, com o uso das técnicas de coleta de dados por meio de documentação, questionário e observação participativa. Sendo assim, observou-se que ainda há muito que melhorar com relação à escola inclusiva, proporcionando aos alunos com deficiência física a busca de um melhor desenvolvimento das suas habilidades e capacidades cognitivas, motora, social e afetiva, respeitando os limites de cada um.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Deficiência física; Acessibilidade; Conscientização.

ABSTRACT

This study is a field that is already being exploited in education, but at the same time, it is challenging to professionals in education: school inclusion of people with disabilities (DF). And one way to contribute to this incessant search for answers is the role of the educator and the school, which in a positive way, can intervene in the interaction and integration of students with disabilities in the school environment. This study aimed at the pursuit of reducing disparities within inclusive educational institutions with respect to students with disabilities, by decreasing the difficulties encountered by them within the school, with respect to accessibility, the search for awareness of professionals education on the care and teaching of students with physical disabilities, as well as awareness of students without disabilities about the living with them. Initially, for the theoretical construction of this research, we analyzed the different perceptions of people with disabilities throughout history. Then there was the relevant legislation for people with disabilities, characterization of people with physical disabilities (DF) and the theoretical basis in the context of school inclusion. The research method is the case study, with the use of data collection techniques through documentation, questionnaire and participant observation. Thus, it was observed that there is still room for improvement with regard to inclusive school, providing students with physical disabilities the search for a better development of their skills and cognitive, motor, social and emotional, within the limits of each.

Keywords: School inclusion. Physical disability. Accessibility. Awareness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **9**
CAPÍTULO I **13**
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **13**
1 As diferentes percepções sobre as pessoas com deficiência **13**
2 Da legislação sobre as pessoas com deficiência **14**
3 Da deficiência múltipla, da deficiência física e do nanismo **19**
4 A inclusão escolar **21**
CAPÍTULO II **27**
METODOLOGIA E AÇÕES INTERVENTIVAS **27**
1 METODOLOGIA **27**
1.1 Conhecendo o espaço da pesquisa: o contexto da escola **27**
1.2 Delineamento da pesquisa **29**
2 AÇÕES INTERVENTIVAS **30**
CAPÍTULO III **33**
ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO **33**
1 RESULTADOS **33**
1.1 Formação profissional **33**
1.2 Atuação profissional **34**
2 DISCUSSÕES **36**
COMENTÁRIOS FINAIS **42**
REFERÊNCIAS **45**
APÊNDICES **49**
Apêndice A – Questionário aplicado com os docentes do C.E.F 02 Paranoá - DF **49**
Apêndice B – Questionários respondidos pelos docentes do C.E.F 02 Paranoá - DF **52**
ANEXOS **68**
Anexo A – Termo de aceite institucional **68**

INTRODUÇÃO

Os caminhos para a inclusão escolar

No texto "Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação", estudado no módulo VIII do presente curso, encontra-se a seguinte citação: "Onde estariam situados e seriam revelados, então, os direitos humanos: na dimensão natural da vida humana, ou na medida das relações sociais de opressão e libertação que se realizam no cotidiano dos indivíduos, na sociedade? (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2014, p. 35-54)".

Apesar do assunto sobre direitos humanos ser muito abrangente é preciso direcionar, neste trabalho de conclusão de curso, um dos temas relacionados a ele, o qual está bem presente no ambiente escolar atualmente: a inclusão escolar, mais precisamente, a inclusão escolar de pessoas com deficiência física (DF). Sendo assim, O tema/ objeto proposto para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa será a inserção das pessoas com deficiência física (DF)[1] nas escolas inclusivas.

Existem outros tipos de deficiências tais como: intelectual (DI), visual (DV), auditiva (DA), múltipla (DMU), entretanto, este Trabalho de Conclusão de Curso quer ocupar-se prioritariamente, com a inclusão escolar de pessoas com deficiência física.

Hoje, vemos muito se falar em inclusão escolar, porém o que se vê no cotidiano, da maioria das escolas, é um grande descaso com relação a este assunto. Diante dessa percepção *apriori* acerca do objeto, fica então as perguntas que problematizam as reflexões no decorrer do trabalho: Será a inclusão escolar uma maneira de se recuperar o respeito às pessoas com deficiência física (DF) dentro da escola? Como poderia ser isso? O que é necessário para que o aluno com deficiência física (DF) se sinta incluso no ambiente escolar?

A inclusão escolar tem sido bastante debatida, mas, mesmo assim, ainda é um tabu para muitas pessoas dentro das escolas. Entretanto, o aumento da inserção de alunos com deficiência física (DF), em escolas inclusivas, tem mostrado por um lado, a necessidade de se refletir sobre o assunto e por outro lado, o crescente número nos mostra como as escolas estão mal preparadas para receber e incluir de fato as pessoas com deficiências físicas.

---

[1] Portaria Federal nº 2.344, de 03 de novembro de 2010, dá publicidade às alterações promovidas pela Resolução nº 1, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadores de Deficiência – CONADE.

Entre os inúmeros problemas hoje encontrados pelas pessoas com deficiência física (DF) nas escolas inclusivas – tais como preconceito e a difícil aceitação por parte dos colegas não deficientes – destacam-se as más condições das estruturas físicas, arquitetônicas das escolas. A ausência de elementos primordiais como rampas de acesso, corrimões e banheiros adaptados, revela de imediato, o grau das dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência física dentro da escola.

Outro problema, talvez ainda mais grave, com o qual deparam esses estudantes, é a falta de profissionais preparados e especializados para lidar com a inclusão. Grande parte destes profissionais, em especial os professores, terminam suas formações acadêmicas sem nada terem visto sobre o assunto, portanto, quando chegam às escolas lidam com uma realidade que não estão acostumados e para a qual não foram preparados.

Nesses termos, para Michels (2006), Rodrigues; Lima Rodrigues (2011), Cruz et. al. apud Cataldi (2013),

> A discussão a respeito da formação dos professores encontra-se, com frequência, nos âmbitos acadêmico, profissional e político, existindo um grande consenso sobre a necessidade de se investir nesta formação, seja ela inicial e/ou continuada, para que estes profissionais possam desenvolver modelos inclusivos na Educação (CATALDI, 2013, p. 48).

Observa-se que, um grande número do corpo docente, em atividade hoje nas escolas, sai de suas faculdades para exercerem a licenciatura sem se quer ouvir falar em inclusão escolar e/ou alunos com deficiência. Infelizmente, em geral, os professores vão para as salas de aula despreparados para lidar com alunos que necessitam de uma atenção especial. Dessa forma, parece claro que "a formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar" (BRASIL, 2005, p. 21), além, é claro, de uma condição de trabalho melhor nesse sentido.

Um estudo feito por Ângela Macedo e Rosa Cristina Neves, divulgado pela Revista Científica Edição 001 - Educação Especial Interações pedagógicas e educação inclusiva (2013), observou-se que:

> Com a Declaração de Salamanca (1994), a mudança de atitude do professor tornou-se inevitável, sobretudo ao nível de adaptação de

> currículos, utilização de métodos de ensino individualizados, tecnologia e capacidade de avaliação das Necessidades Educativas Especiais. A resposta educativa adequada esta na qualidade do processo pedagógico, cuja responsabilidade é do professor. Como tal, deverá apostar-se numa formação que responda às condições de atuação dos docentes que se responsabilizem pela educação de qualquer criança em geral e da criança com necessidades educativas especiais (MACEDO; NEVES, 2013, p.11).

Isto significa dizer que sem a participação efetiva do professor no ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, a inclusão escolar deste não será de qualidade, não alcançando os objetivos de integração e socialização, além do prejuízo cognitivo, motor e afetivo do aluno. O professor, para obter êxito neste processo de inclusão, não tem que ter apenas uma formação inicial sobre o assunto, mas é necessário também que ele, constantemente, busque fazer uma formação especializada e contínua na área. O desenvolvimento profissional e a formação dos professores implicam no modo de ensino diferenciado à diversidade dos alunos, fazendo com que eles não se apeguem somente aos conteúdos e transmissão de conhecimento, mas também que se preocupem em criarem condições e estratégias para irem ao encontro das aprendizagens.

Assim, fica clara a importância da participação de toda a comunidade escolar e do Estado na implantação da inclusão escolar dos alunos com deficiência física. É, sobretudo, notória a necessidade de formação profissional dos professores, que lidam diretamente com os alunos em sala de aula, melhores condições de trabalho para um ensino de qualidade e trazer consciência a todos os envolvidos no âmbito escolar no que tange ao respeito a essas pessoas que enfrentam o preconceito diariamente. A escola é, prioritariamente, um local onde todos, sem distinção, devem ser bem recebidos e acolhidos. Desse modo, entende-se que os deficientes físicos necessitam ser tratados como pessoas capazes de serem incluídas no ambiente escolar e, acima de tudo, como seres humanos.

Pensando nas questões até aqui abordadas, o presente TCC tem por objetivo geral diminuir as disparidades dentro das instituições de ensino inclusivas de modo a atender, da melhor maneira possível, os alunos com deficiência física. Já os objetivos específicos são diminuir as dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência física dentro da escola, com relação à acessibilidade; Buscar conscientização dos profissionais de educação sobre o atendimento e ensino dos alunos com deficiência física; Conscientizar os alunos sem deficiência sobre o convívio com alunos com deficiência física, buscando o respeito e aceitação destes na comunidade escolar.

Sendo assim, com o intuito de alcançar os objetivos propostos, o presente estudo, ocupar-se-á com o processo de inclusão escolar de uma aluna do sexo feminino, 17 anos de idade, cor branca, com deficiência múltipla (DMU), a qual possui duas ou mais deficiências primárias, entre as quais está presente a deficiência física na forma do nanismo. A instituição de ensino público escolhida é o Centro de Fundamental nº 02 do Paranoá, de ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano) no turno diurno, localizada na cidade satélite do Paranoá, Distrito Federal (DF).

Neste trabalho, faz-se a opção das intervenções escolhidas a partir de observações da aluna com deficiência física (DF), além da coleta de dados por meio de documentação, priorizando assim, a pesquisa qualitativa a qual é, conforme o sociólogo e professor de técnicas e pesquisa em educação Robert Jarry Richardson,

> [...] caracterizada como a tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. (RICHARDSON, 2012, p. 90).

Ademais, traça-se ainda um plano de ação, por meio de questionário sobre a temática desenvolvida por este TCC. Os referidos questionários serão dirigidos aos professores regentes da referida aluna, bem como aos professores que a acompanham na Sala de Recursos por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A ação interventiva contará ainda com as observações realizadas, durante a participação da aluna, nas atividades desenvolvidas na disciplina de Educação Física (EDF), ministrada pela educanda deste curso de especialização e autora do presente trabalho.

Para a construção teórica desta pesquisa, primeiramente, descreveremos as diferentes percepções sobre as pessoas com deficiência ao longo da história. Em seguida, falaremos de maneira sucinta sobre a legislação pertinente às pessoas com deficiência e caracterização das pessoas com deficiência física (DF). E, por fim, será tratado o tema da inclusão escolar, da questão da educação especial e inclusiva.

CAPÍTULO I
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 As diferentes percepções sobre as pessoas com deficiência

Assegurar a todos igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que se encontra em nossa Carta Magna, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, além de citações no Estatuto da Criança e adolescente (ECA) de 1990, nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

É claro que nem sempre as pessoas com deficiência foram detentoras de direitos. Na história da humanidade, sabe-se que as pessoas com alguma deficiência eram seres marginalizados, inferiores e discriminados. Segundo o estudioso Otto Marques da Silva, em algumas sociedades, como na Roma Antiga, por exemplo, sacrificavam-se as pessoas com deficiência logo ao nascerem, lançando-as ao mar e/ou precipício abaixo (SILVA, 1986)[2]. Ainda segundo um levantamento realizado pelo Ministério da Justiça (MJ), ainda hoje, existe este tipo de atitude em algumas tribos indígenas do Brasil – em pelos menos 13 delas, principalmente nas tribos isoladas, como na terra dos Ianomâmis, Suruwahas e Kamaiurás. Cada etnia tem uma crença que leva a mãe a matar o bebê recém-nascido com deficiência física, gêmeos, filho de mãe solteira ou fruto de adultério, isto porque são vistos como amaldiçoados. Dependendo da tribo, acabam sendo envenenados, enterrados vivos ou abandonados na selva.

Embora nos pareça uma atrocidade, entre essas culturas, isso não é considerado crime, pois a Constituição Brasileira de 1988 assegura a grupos indígenas o direito à prática do infanticídio, o assassinato de bebês que nascem com algum problema grave de saúde. Para os índios, isso é um gesto de amor, uma forma de proteger o recém-nascido e a tribo das maldições[3].

---

[2] **SILVA**, Otto Marques da. A Epopéia Ignorada*:* a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986. <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>. Acesso em: 06 de setembro de 2015.

[3] (Em: http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/12/tradicao-indigena-faz-pais-tirarem-vida-de-crianca-com-deficiencia-fisica.html. Acesso em: 06 de setembro de 2015).

2 Da legislação sobre as pessoas com deficiência

Daí, a grande necessidade de se fazer Tratados, Convenções, Declarações, Leis e Decretos que garantam dignidade a todas as pessoas, com e sem deficiência. Podemos citar, no campo mundial, aqueles principais que são as bases dos direitos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José (1969), Declaração de Salamanca (1994), Convenção da Guatemala (1999) e Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007).

O módulo VIII deste curso, seção III, com o texto "Retrospectiva histórica e concepção da Educação em e para os Direitos Humanos", afirma ainda que uma conferência que também foi um marco fundamental para firmar a importância dos direitos humanos e a urgência de se adotar programas institucionais em nível dos Estados, os quais pudessem contribuir para a criação de uma política pública de direitos humanos, foi a II Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena (1993) (SOUSA JÚNIOR; SOUSA, 2014, p. 03). Com a presença de 171 delegações oficiais e 813 representantes de ONGs, consolidou-se um debate amplo acerca da integralidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos que passou a nortear o marco normativo internacional nessa área.

Infelizmente, mesmo com todo esse aparato na legislação, sabemos que no mundo de hoje, as chamadas minorias, que é a referência a grupos sociais associadas a condições sociais mais frágeis e integrantes de uma menor parte da população, diferenciados por suas características étnicas, religiosas, situação econômica e, entre elas, as pessoas com deficiência, ainda lutam diariamente pelos seus direitos e contra a discriminação, a injustiça, o preconceito, a violência e a falta de acesso a políticas públicas[4].

No módulo II, seção II, deste curso de especialização, o texto intitulado de "Sujeitos da diversidade cultural e suas vulnerabilidades", afirma que "A história de nossas sociedades fez com que o corpo se tornasse a materialização das pessoas, no qual a articulação das instâncias físicas e psíquicas se manifestem nas relações interpessoais e com o ambiente."(NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2014, p. 12). Afirma ainda que, o corpo tem por fim ser a estrutura sobre a qual se baseia a vida social, sendo impossível a concreção social sem ele e que também, por meio dele, que as culturas desenham as

[4] Em: http://www.mundoeducacao.com/sociologia/minorias.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

diferenças entre os sujeitos e os colocam em relações de poder. Assim, o corpo é uma instância privilegiada de politização dos indivíduos, uma vez que "ao manipular as necessidades que se relacionam com os corpos, os pólos das relações de poder determinam que lugar social ocupam as pessoas e que vulnerabilidades estarão a elas associadas." (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2014, p. 13). Esta politização, que se utiliza de um padrão corporal, acaba por hierarquizar corpos e sujeitos, indo desde os "parâmetros estéticos até o cuidado que se possa ter com pessoas que têm corpos que se distanciam deste padrão, por uma outra compleição corporal, como no caso das pessoas que tem algum tipo de deficiência física..."(p. 13). Desta maneira, o texto mostra que:

> Neste contexto aparece a *morfofobia*, que é a aversão por corpos que tenham uma compleição diferente dos padrões estabelecidos, impactando nas relações que estabelecemos com as pessoas que tenham tais corpos distanciados dos padrões. Enfrentar as diversas formas de morfofobias que se instanciam, sobretudo na imposição de padrões estéticos e na discriminação de pessoas com deficiências físicas é um dos grandes desafios para uma cultura que tem uma relação tensa com o corpo, mas que precisa garantir as mais variadas dimensões da manutenção dos direitos humanos, humanos estes com corpos diversos. (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2014, p. 13).

É nesse contexto que a área da educação começa a fazer parte do processo de inclusão social, assumindo seu papel de mudança e transformação da sociedade, porém, ela ainda está longe de ser perfeita e adequada.

Conforme os preceitos contidos na Declaração de Salamanca, "As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa Pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades" (1994, p. 01). A mesma Declaração afirma ainda que:

> Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (1994, p. 03).

Das palavras transcritas no trecho acima citado, depreende-se que independente da situação que o indivíduo apresenta, seja deficiência física, visual, auditiva, intelectual, cognitiva ou de transtorno severo de comportamento, esta, a pessoa com deficiência, deve ter a oportunidade e o direito de se integrar ao sistema educacional de ensino, seja público ou privado.

No Brasil, o decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Ele cita o reconhecimento das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, em proclamar e concordar que toda pessoa faz jus a todos os direitos e liberdades ali estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie. Além disso, reconhece também a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, inclusive daquelas que requerem maior apoio. Um dos propósitos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, é "... promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente." (BRASIL, 2010a, p. 26).

Recentemente, foi instituída no Brasil a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Já em seu artigo 1º, ela traz qual é seu objetivo principal: "... destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania." (BRASIL, 2015, p. 01). Outro ponto interessante e que está ligado à educação, é seu artigo 27 o qual afirma:

> Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (2015, p. 09).

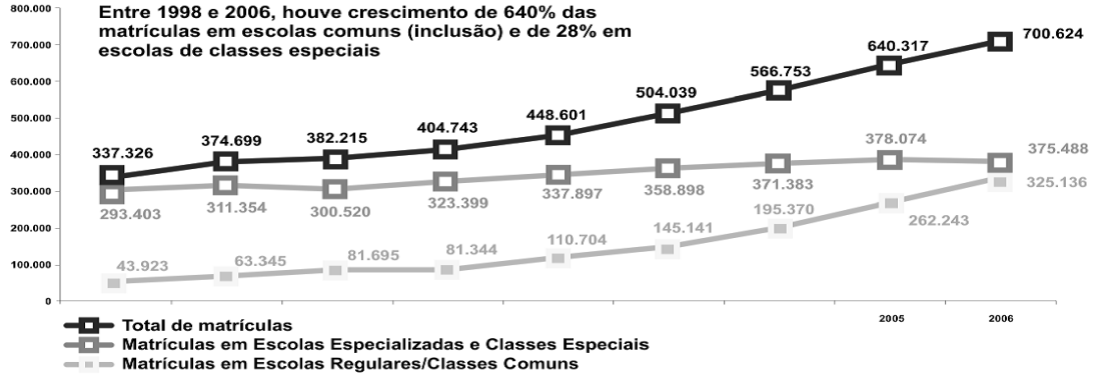
Assim, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdades de condições com as demais pessoas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisando dados sobre as deficiências motora/física, visual, auditiva, no ano de 2010, afirma que:

> Os resultados do Censo Demográfico 2010 apontaram 45.606.048 milhões de pessoas que declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas, correspondendo a 23,9% da população brasileira. Dessas pessoas, 38.473.702 se encontravam em áreas urbanas e 7.132.347, em áreas rurais. (IBGE, 2015).

Com a inclusão escolar, observa-se no cotidiano da escola, um aumento significativo na inserção de alunos com deficiência.

Figura 1: Número de matrículas na Educação Especial no Brasil (1998 - 2006)



Fonte: BRASIL, 2010b.

Com o aumento da procura por matrículas nas instituições de ensino por pessoas com deficiência, fizeram-se necessárias adaptações curriculares e pedagógicas, que se realizam por meio de métodos de avaliação diferenciadas e acessibilidade ao computador, as instituições de ensino têm sido forçadas a realizarem adaptações também em suas estruturas físicas. Isso se dá muito em razão da promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida,

incentivada no Brasil pela Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Em seu artigo 11, é dito que:

> Art. 11. A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para estes ti pos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (2004, p. 05).

Em consequência disto, o artigo 15, inciso 1º, parágrafos I, II e III, ainda determinam que:

> Art. 15. No planejamento e na urbanização das vias, praças, dos logradouros, parques e demais espaços de uso público, deverão ser cumpridas as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
> § 1º Incluem-se na condição estabelecida no caput:
> I - a construção de calçadas para circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas;
> II - o rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível; e
> III - a instalação de piso tátil direcional e de alerta. (2004, p. 06).

Assim, é possível se alcançar uma acessibilidade arquitetônica adequada para as pessoas com deficiência, pois observa-se que:

> Os prédios escolares não apresentam acessibilidade espacial e há uma grande dificuldade de arquitetos e engenheiros entenderam esse direito. É preciso fazer uso da legislação para que de fato nossos ambientes escolares se transformem em ambientes acessíveis e, consequentemente, acolhedores. Paralelamente ao seu ingresso pode-se observar a falta de acessibilidade espacial na quase absoluta maioria dos edifícios escolares que foram construídos sem considerar as necessidades das pessoas com deficiência. Se nosso objetivo é a participação efetiva de alunos com deficiência nas atividades escolares, faz-se necessário um ambiente adequado para garantir essa participação. (SCHIRMER, 2007, p. 105).

E para que essa acessibilidade arquitetônica aconteça se faz necessário "... a parceria constante entre profissionais da educação e profissionais da arquitetura e engenharia dentro de uma perspectiva ampla de inclusão, mediante uma análise das condições do ambiente..." (SCHIRMER, 2007, p.105), verificando sempre as

necessidades específicas de cada tipo de dificuldade, seja motora, sensorial, de comunicação, cognitiva ou múltipla.

Com as ações para promover adaptações nas estruturas físicas, visando ao cumprimento das orientações contidas no referido decreto, percebe-se possibilidades de um melhor atendimento e suporte para os alunos com deficiência física no ambiente escolar.

3 Da deficiência múltipla, da deficiência física e do nanismo

O termo deficiência múltipla (DMU), é usado com o objetivo de se caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, sejam de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. Mas não é o somatório dessas alterações que caracterizam a DMU e sim, o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades especiais dessas pessoas (BRASIL, 2004). Assim, a deficiência física (DF) pode ser uma das deficiências associadas à DMU.

Com base nos teóricos Teixeira e Gorgatti (2008) apud Carolina Lessa Cadalti (2013), afirma-se que as deficiências motoras ou físicas podem ser definidas como condições resultantes de lesões neurológicas ou ortopédicas e que acarretam transtornos na motricidade e/ou na locomoção dos indivíduos, sendo elas definidas como deficiência adquirida ou congênita. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2006a) podemos definir deficiência física (DF) ainda como "diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas".

O nanismo é um tipo de deficiência física (DF) congênita. Foi por meio do Decreto n° 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que ele passou a fazer parte, na legislação brasileira, de mais um tipo de deficiência física, complementando o conceito da mesma, definido no artigo 4º do Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, conforme segue:

> Art. 4º: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia,

> triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 1999, p. 02).

Nanismo é a condição de tamanho de um indivíduo cuja altura é muito menor que a média de todos os sujeitos que pertencem à mesma população. Na espécie humana, em termos de adultos, considera-se anão o homem que mede menos de 1,45 metros e anã, a mulher com altura inferior a 1,40 metros. Existem dois principais tipos de nanismo, o nanismo pituitário e a acondroplasia[5].

Quando se fala de inclusão escolar, ao se receber um aluno com deficiência e, no caso desta pesquisa, um aluno com DMU, em que uma das deficiências primárias é a DF na forma de nanismo, é preciso conhecer e saber quais as patologias, dificuldades e limitações deste, para se alcançar um ensino-aprendizagem de qualidade. Por isso, é feito toda uma avaliação documental sobre o seu histórico escolar, familiar e de saúde. Ao chegar à instituição de ensino é feita, pela secretaria escolar, uma ficha individual do aluno com DF constando seus dados pessoais. Depois de matriculado, todo seu histórico é repassado para a Sala de Recursos, que o analisará, traçando um plano de trabalho específico para se fazer com aquele aluno. Após isso, tudo o que foi analisado e traçado serão transmitidos para os professores regentes do educando, que poderão encaminhar as maneiras de ensino e avaliação deste.

Algo de relevante importância nessa avaliação documental do aluno com DF é o laudo médico entregue no ato da matrícula. Nele, serão analisadas as patologias e/ou a(s) deficiências existentes. Hoje, estes laudos são baseados em duas classificações de referência para a descrição dos estados de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS): a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, que corresponde à décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Esta última, talvez a mais importante no que diz respeito às deficiências, pela necessidade de cobrir as questões que não eram alcançadas pela CID, a princípio as consequências das doenças. Assim, a CIF serve como "modelo da OMS para saúde e

[5]Disponível em: http://www.infoescola.com/doencas-geneticas/nanismo/. Acesso em: 24 de outubro de 2015.

incapacidade, como base conceitual para a definição, medidas e formulações de política para todos os aspectos da deficiência ou incapacidade.” [6].

Dessa maneira, é observado o quanto é necessário o estudo e aprofundamento destas deficiências físicas (DF) no cotidiano da escola, diminuindo as disparidades dentro das instituições de ensino inclusivas. Tem-se que também buscar a conscientização dos profissionais de educação e dos alunos sem deficiência sobre o convívio com alunos com DF, buscando o respeito e aceitação destes na comunidade escolar. Esse aprendizado servirá para o nosso dia a dia como cidadãos, perdendo os preconceitos e estereótipos dessas pessoas que tanto precisam de nossa compreensão e respeito.

4 A inclusão escolar

A educação especial, na perspectiva de educação inclusiva, visa promover o direito de todos à educação, sem nenhum tipo de discriminação. Assim, a educação inclusiva é fundamentada na concepção de direitos humanos, conjugando igualdade e diferença como valores indissociáveis, tornando-se um avanço em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

No contexto histórico da escola, sempre houve a caracterização de visão da educação delimitada na escolarização como privilégio de um grupo, como o acesso ao ensino de uma classe social mais rica, os burgueses, por exemplo, e a exclusão da classe social pobre e menos favorecida, como trabalhadores e escravos. Com o processo de democratização da educação evidenciou-se a contradição inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizaram o acesso, mas ainda continuaram excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Mas, com o surgimento do conceito sobre direitos humanos e de cidadania, alcançou-se o reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorrente de uma “identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades.” (BRASIL, 2008, p. 06). Com isso, criam-se processos normativos de distinção dos alunos de acordo com características intelectuais, físicas,

[6]Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v11n2/14.pdf. Acessado em: 17 de outubro de 2015.

culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação dos institutos Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), atualmente chamado de Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos (1857), atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no estado do Rio de Janeiro - RJ. Já no início do século XX, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (1954).

O conceito de educação especial e inclusiva começou a tomar força, no Brasil, a partir do ano de 1960, com a criação de legislações, normas e parâmetros sobre o assunto, como a "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos 'excepcionais' à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino." (BRASIL, 2008, p. 07). Mais adiante, com o advento da Carta Magna brasileira, a Constituição Federal de 1988, traz em seu artigo 208 como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Por fim, novos marcos político-legais e pedagógicos com relação à inclusão escolar surgiram nos anos 2000, a fim de orientar e subsidiar os sistemas de ensino brasileiros, chegando até a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, MEC/2008, que conceitua a Educação Especial e define como público os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; o Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar ao ensino regular para os alunos público-alvo do Ensino Especial; a Resolução nº 04/2009, do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Ensino Especial; e a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Nesta perspectiva, com a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pelo o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP) acompanham-se os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

> A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

Assim, a educação especial e inclusiva é uma modalidade de ensino que "perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular." (BRASIL, 2008, p. 16).

Hoje, para que a inclusão escolar dê certo, é necessária a utilização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual "... identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas." (BRASIL, 2008, p.16). Além disso, deve-se integrá-lo a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

É importante frisar que as atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, porém, não sendo substitutivas à escolarização. O AEE complementa e/ou suplementa a formação dos alunos ao longo de todo processo de escolarização com o objetivo da autonomia e independência dentro e fora escola, por meio de programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, atendendo às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, dentre outros.

> É importante destacar que o atendimento especializado não pode ser restrito às salas de recursos; ele é abrangente em termos de estratégias pedagógicas, ações políticas e diversidade de recursos acessíveis, didáticos e pedagógicos que, juntos, possibilitam efetivação da

> proposta curricular para esse grupo de estudantes. (BRASÍLIA, 2014, p. 11).

Na perspectiva da inclusão escolar, o AEE, do nascimento aos três anos, é feito por meio de serviços de intervenção precoce com o objetivo de otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem, ligados com os serviços de saúde e assistência social. Já na educação infantil, são desenvolvidas as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global, por meio de atividades lúdicas, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecendo as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Na educação básica, o AEE busca o desenvolvimento global dos alunos, sendo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional, como os Centros de Ensino Especiais (CEE).

Além da parte pedagógica, é importante saber que:

> Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2008, p. 17).

Outro ponto importante, que corrobora com o processo de ensino- aprendizagem diferenciado são as mudanças de pensamento e comportamento da escola comum, de ensino regular. Ela se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Isto, porém, não é fácil de alcance porque não depende somente de fatores internos à escola, mas também de fatores externos.

> Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades. (BRASIL, 2010, p. 10).

Ainda seguindo este raciocínio, no Brasil, o poder executivo federal e estaduais, tem criado os chamados Currículo em Movimento da Educação Básica como um maneira de orientar o trabalho pedagógico, o qual deve ser aprimorado pelos professores no dia a dia da escola. O Currículo em Movimento possui eixos estruturantes, que trazem as aprendizagens e os eixos transversais, que são integradores em todas as etapas e modalidades, em que referem-se à educação para diversidade, e cidadania, educação em direitos humanos e educação para sustentabilidade.

> Nesta perspectiva, o currículo deve ser dinâmico e flexível e proporcionar situações para que ocorram as aprendizagens. O currículo inclusivo deve considerar a possibilidade de superar a lógica de adaptações de conteúdos e ampliar o conhecimento de estudantes acerca de suas experiências de vida. A organização curricular de Educação Especial concretiza-se em eixos transversais e tem na perspectiva inclusiva a possibilidade de favorecer aprendizagens a partir da educação para a diversidade, cidadania e educação em e para direitos humanos e educação para a sustentabilidade. Deste modo, os pressupostos inclusivos deverão estar presentes e ser garantidos em currículos de todos os níveis e modalidades, segundo sua natureza e especificações. (BRASÍLIA, 2014, p. 11).

Além disso, se faz necessário que a escola faça adoção de um Projeto Político Pedagógico - PPP que encontre soluções próprias para os seus problemas diários. Ele é o registro do cotidiano escolar e não apenas um mero documento exigido pela burocracia e administração escolar, alterando a estrutura escolar com o "... registro de significados a serem outorgados ao processo de ensino e de aprendizagem, que demanda tomada de decisões e acompanhamento de ações consequentes." (BRASIL, 2010a, p. 11).

Então, para uma inclusão escolar de sucesso, é preciso não somente a busca pelo desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência, mas também a todo o seu desenvolvimento social e afetivo com o meio em que está inserido, passando a ter uma melhor qualidade de vida. Susan Stainback e Willian Stainback, especialistas na área de inclusão escolar, afirmam que "O objetivo da inclusão nas escolas é criar um mundo em que todas as pessoas se reconheçam e se apoiem mutuamente" (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 408). Conforme outro especialista na área, Romeu Sassaki (2005), incluir é também a modificação da sociedade como um pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. A escola deve estar

preparada para receber a todos os alunos, como na visão da educadora Anete Abramowicz (1997), em que a escola não pode tudo, porém pode mais. Pode acolher as diferenças e isto só será possível quando se fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do diverso.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA E AÇÕES INTERVENTIVAS

1 METODOLOGIA

1.1 Conhecendo o espaço da pesquisa: o contexto da escola

O Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F. 02 do Paranoá). Trata-se de uma instituição de ensino pública do Distrito Federal (DF), onde leciono a disciplina de Educação Física desde setembro de 2010.

A referida escola se localiza na cidade satélite do Paranoá, DF. Observando o dia a dia da escola, da comunidade escolar e segundo relato dos próprios alunos, durante as aulas, e dos responsáveis em conversas com os professores e direção, pode-se dizer que a maioria de sua população é de classe média a baixa, muitos provenientes da região nordeste do Brasil. Além disso, observa-se também o aumento da violência urbana, nos últimos anos, por conta do crescimento urbano desordenado da região.

Durante todos os anos, desde a sua inauguração em 1998, a escola passou por diversas mudanças, tanto administrativas como estruturais. A mesma também já realizou muitos eventos para a comunidade escolar como exposições, festas juninas, gincanas, campeonatos esportivos, amostras relacionadas à consciência negra. Atualmente, a escola participa do projeto de Educação Integral e dos Jogos Escolares do DF. Ela conta ainda com o Conselho Escolar, com uma atuação ainda tímida, ele é eleito a cada dois anos pela comunidade escolar. O Conselho Escolar é convocado sempre que há necessidade de estudo ou aprovação das prioridades de utilização das verbas recebidas pela escola.

Quanto à estrutura física, atualmente, a escola possui 17 salas de aula, com televisores de plasma e ar-condicionados em cada uma delas, porém possui apenas um banheiro com adaptação para alunos com deficiência física dos 04 existentes para os alunos (02 femininos e 02 masculinos). Existe também 01 Sala de recursos a qual acompanha, auxilia e dá suporte no aprendizado dos alunos com deficiência por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Hoje, a escola atende, no diurno (6º ao 9ª anos), 17 turmas no matutino e 17 no vespertino, mas somente 03 delas são reduzidas em cada turno por haver alunos com

deficiência. Os alunos são provenientes da Região Administrativa (RA) do Paranoá-DF, bem como da RA do Itapoã-DF e zonas rurais próximas, com idades entre 11 e 16 anos. Já no turno do noturno, a idade dos alunos é bastante diversificada, atendendo alunos a partir dos 18 anos, sem limite para a idade final.

O C.E.F 02 do Paranoá conta, atualmente, com 75 professores graduados em áreas específicas. Deste total, 69 são professores efetivos e 06 professores substitutos, atuando nos turnos matutino, vespertino e noturno, já incluídas as orientadoras educacionais. A equipe da direção/gestora composta por 01 diretora, 01 vice-diretor, 4 supervisores, 01 chefe de secretaria, 04 coordenadores.

Como já citado anteriormente, a escola possui em sua estrutura pedagógica a Sala de Recursos, iniciando suas atividades em 2013. Hoje ela conta com duas professoras que já atuavam no quadro docente da escola e que, após se submeterem a uma entrevista na Secretária de Estado de Educação do DF (SEDF), assumiram o Atendimento Educacional Especializado dos alunos com deficiência que estudam na escola, os quais são atendidos no turno contrário ao que estudam.

Apesar dos trabalhos da Sala de Recursos serem voltados apenas para os alunos que, comprovadamente, possuem laudo com algum tipo de deficiência, as professoras atendem a todos os alunos que estão em processo para a emissão de laudos e aqueles que apresentam necessidades fora das especificadas, tal como TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

Além da sala de recursos, a escola conta ainda com o SOE, Serviço de Orientação Educacional, em que o Orientador Educacional pode ser considerado, no âmbito escolar, como um grande mediador das relações entre os principais envolvidos no processo ensino/aprendizagem, visando o alcance dos objetivos educacionais e o desenvolvimento satisfatório dos educandos.

Nesta escola, as atividades do Serviço de Orientação Educacional são desenvolvidas por duas profissionais especializadas. Uma no turno diurno e outra no turno noturno. Esse serviço é responsável pelos atendimentos individuais e/ou em grupo com os diversos segmentos da escola, bem como o desenvolvimento de projetos voltados para as necessidades da clientela e encaminhamentos a outros profissionais ou a instituições/órgãos que trabalham em parcerias com a escola (Entidades Filantrópicas, Conselho Tutelar, Polícia Militar, Administração Regional, entre outros).

Estes espaços são de grande importância para o trabalho na medida em que são espaços de acompanhamentos sistematizados da aluna escolhida como centro de minhas observações no desenvolvimento das reflexões desta pesquisa.

1.2 Delineamento da pesquisa

A pesquisa será do tipo qualitativa, utilizando como base referencial o processo de inclusão escolar de uma aluna do sexo feminino, cor branca, com deficiência múltipla (DMU). A estudante possui duas ou mais deficiências primárias, entre as quais está presente o nanismo, uma das maneiras de apresentação da deficiência física (DF).

As intervenções escolhidas são as observações da aluna com deficiência física (DF), coleta de dados por meio de documentação e um plano de ação, por meio de observação participativa, durante as disciplinas de Educação Física (EDF), na turma inclusiva na qual a aluna DF está inserida e questionário sobre tal com os professores regentes e da Sala de Recursos da referida aluna, que a acompanham no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A Sala de Recursos é de suma importância no trabalho com a aluna em questão. Ela possui duas (2) professoras de AEE, uma da área de exatas e a outra na área de humanas, em que ambas já lecionavam na escola, antes de trabalharem com os alunos com deficiência. Os alunos com deficiência (DI, DMU, DF) assistidos por elas, são atendidos no contra turno para acompanhamento escolar, exceto aqueles que fazem outros cursos ou atividades fora da escola, como os cursos na APAE-DF ou aqueles em que os responsáveis não quiseram esse atendimento.

Este atendimento é feito em grupo com, no máximo, 4 alunos por turno. Isto é possível por ter 2 professoras de AEE disponíveis e porque a sala de recursos não é tão grande, levando sempre em consideração no atendimento a deficiência do aluno e sua série/ano escolar.

Os recursos materiais e didáticos de AEE são escassos, com condições precárias de trabalho, sempre improvisando, apesar de esforço da direção da escola. Alguns materiais didáticos, como jogos educativos, foram doados pelos próprios professores da escola, além de não possuir materiais específicos para cada deficiência, como livros em Braile, vídeos educativos para DAs, brinquedos e jogos didáticos para DV, livros didáticos para alfabetização, entre outros. A escola também não possui estrutura física

adaptada para esses alunos, como rampas de acesso para quadra poliesportiva, piso táctil, corrimões, trocadores e banheiros adaptados para cadeirantes.

A formação dos professores do AEE da escola atende às disposições da Resolução nº 4/2009 em parte porque eles sempre têm que buscar formação continuada para complementá-la. Além do que, é o dia a dia na sala de recursos que traz o maior aprendizado profissional na área.

O plano AEE é traçado e colocado em prática depois do diagnóstico, com o laudo de cada aluno, da entrevista com os pais e da reunião com a direção, secretaria e o corpo docente desses.

O que justifica a indicação dos alunos para o AEE é o laudo médico, indicando qual a deficiência do aluno. Alguns já vêm das Escolas Classes, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, com esta indicação e outros são descobertos e identificados durante o ano letivo, caso ele não tenha sido diagnosticado antes. E existem aqueles que não têm a indicação nenhuma, por serem provenientes de outros estados da federação.

As atividades desenvolvidas no atendimento AEE são várias atividades pedagógicas como dinâmicas de socialização, jogos de concentração, de desenvolvimento do cognitivo e que promovem as habilidades de cada aluno, além da promoção da inclusão social desses alunos.

2 AÇÕES INTERVENTIVAS

O estudo foi realizado no Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F 02 do Paranoá), situado na cidade satélite do Paranoá, Distrito Federal (DF), o qual faz parte da rede publica de ensino do DF.

A pesquisa em questão deve caráter qualitativo e exploratório. De acordo com o educador Antônio Carlos Gil, este tipo de pesquisa tem por objetivo proporcionar uma caracterização da inserção das pessoas com deficiência física (DF) numa perspectiva inclusiva escolar (GIL, 2002).

O método de pesquisa é o estudo de caso, com o uso das técnicas de coleta de dados por meio de documentação, questionário e observação participativa. Segundo o pesquisador da área, Robert Yin (2001), o estudo de caso é o método adequado quando se deseja estudar acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso é uma "... investigação empírica, que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real,

especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos." (YIN, 2001, p.32). O método de estudo de caso possui seis principais fontes de evidências para a coleta de dados que são: a documentação, registros em arquivos, entrevistas, a observação direta, a observação participativa e os artefatos físicos (YIN, 2001).

Para esta pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas:

- Análise de documentos sobre a referida aluna com deficiência física;
- Observação participativa da turma/classe reduzida de alunos por ela conter a aluna com deficiência múltipla (DMU), dentre elas a deficiência física (DF), e dela mesma;
- E um questionário com os professores do C.E.F 02 do Paranoá que são docentes desta aluna com DF.

A pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 2015.

Primeiramente, foi feita uma análise dos documentos contidos na secretaria e Sala de Recursos da escola sobre a aluna com deficiência múltipla (DMU), dentre eles o nanismo, que é um tipo de deficiência física (DF). Dessa maneira, observou-se que a aluna A (será a aluna com DF aqui em estudo assim denominada) tem tido acompanhamento direcionado, por causa de suas deficiências, desde o ano de 2007, por meio de diagnósticos médicos, psicológicos e pedagógicos. E, a partir de então, foi inserida em turmas inclusivas, com o auxílio da Sala de Recursos, para seu desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e pedagógico.

A utilização de documentos traz a oportunidade de uma analise geral sobre o objeto estudado. Yin (2001) afirma que devido ao seu valor global, os documentos desempenham um papel óbvio em qualquer coleta de dados, ao realizar estudos de casos.

Em segundo lugar, por meio da Carta de Apresentação, foi feito um questionário com todos os professores regentes e da Sala de Recursos da aluna A. Foram oito (8) docentes pesquisados (Artes - ART, Ciências Naturais - CN, Educação Física - EF, Geografia - GEO, História - HIST, Língua Portuguesa – LP, Parte Diversificada – PD e Sala de Recursos), sendo sete (7) regentes e uma (1) da Sala de Recursos. Três (3) outros professores da referida aluna não puderam participar da pesquisa, pois se encontravam de atestado médico, sendo duas (2) professoras regentes (Inglês – LEM e Matemática – MAT) e uma (1) da Sala de Recursos. O questionário possuía quatorze (14) perguntas abertas, as quais objetivaram identificar os dados pessoais, as

características do contexto em questão e condições de trabalho, além da relação entre a atuação profissional e a inclusão escolar de alunos com deficiência física (DF), mais precisamente sobre a aluna A.

Segundo Gil (2002), a técnica de coleta de dados por meio do questionário, verifica-se que ele constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato do pesquisado. Nesse sentido, pretendeu-se investigar as condições concretas que possibilitam o exercício profissional do educador inserido em contextos de ensino numa perspectiva inclusiva.

E, por fim, foi realizada a observação participativa junto à aluna A e aos alunos da sala de aula a qual ela está inserida na escola de ensino regular, entre o período de 03 de agosto de 2015 (03/08/2015) a 16 de outubro de 2015 (16/10/2015). A pesquisadora deste TCC também é professora regente da aluna A na disciplina de Educação Física (EF). Por isso, foi escolhida esta técnica da observação participativa, porque a pesquisadora esta inserida como um elemento dentro do contexto e do convívio direto com os alunos aqui observados. Segundo Yin (2001):

> A oportunidade mais interessante relaciona-se com a sua habilidade conseguir permissão para participar de eventos ou de grupos que são, de outro modo, inacessíveis à investigação científica. Em outras palavras, para alguns tópicos de pesquisa, pode não haver outro modo de coletar evidências a não ser através da observação participante. Outra oportunidade muito interessante é a capacidade de perceber a realidade do ponto de vista de "alguém" de dentro do estudo de caso, e não de um ponto de vista externo. (YIN, 2001, p. 116).

Nesta observação participativa, analisou-se o comportamento dos alunos da classe inclusiva com a aluna A e dela para com eles, com o objetivo investigar como a inclusão escolar de alunos com DF acontece no dia a dia da escola. A partir daí, foi feita uma análise dos fatos ocorridos durante as observações, buscando alcançar os objetivos traçados neste TCC.

Ao final da coleta de dados, foi feita a síntese dos resultados obtidos, com base na análise dos dados, sendo produzida uma reflexão à luz dos aspectos teóricos sobre o tema da inclusão escolar dos alunos com deficiência física (DF).

CAPÍTULO III
ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

A idade média dos professores entrevistados é de 43 anos, variando entre 28 e 67 anos de idade. A maioria deles é do sexo feminino, sendo apenas um professor do sexo masculino que participou desta pesquisa.

No que tange às características do contexto do cargo, sete (7) dos oito (8) entrevistados (87,5%), são do quadro de professores efetivos da rede pública de ensino do Distrito Federal - SEDF, sendo apenas uma (1) professora substituta, temporária. A carga horária de trabalho de todos os entrevistados é de 40 horas semanais. Dentre eles, cinco (5) profissionais (62,5% dos informantes da pesquisa) trabalham na Carreira de Magistério há menos de 10 anos e três (3) deles já trabalham há, pelo ao menos, 20 anos na referida carreira (37,5%).

Os dados foram analisados com base em duas categorias *a priori*, quais sejam formação e atuação profissional. Os demais resultados foram obtidos a partir do entrelaçamento das diferentes informações, organizadas e classificadas em categorias de análise *a posteriori*, pois foram decorrentes do questionário e da observação participativa, portanto, constituídas posteriormente para análise de conteúdo.

1 RESULTADOS

1.1 Formação profissional

Com relação à formação profissional, especializada e contínua, cinco (5) professores pesquisados (cerca de 62,5%) afirmaram não terem nenhum curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial. Dentre os participantes, apenas três (3) dizem terem curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial (37,5%), como pós-graduação em interpretação de Libras, de aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de Inclusão social. Porém, seis (6) participantes (75%) afirmam já terem tido alguma experiência com alunos com deficiência em turmas inclusivas. Somente dois (2) deles não tiveram experiências anteriores com este público alvo (25%).

A falta de conhecimento necessário para a atuação na educação especial caracteriza uma dificuldade encontrada no contexto da formação profissional. Para

alguns dos entrevistados a experiência com este público “Não tem sido boa, pois falta a formação em ensino especial.”. Outro relato nesse sentido aponta lacunas na formação, quando é feita a afirmação de que “Me sinto insegura com certas deficiências.”, já que a falta de uma formação profissional especializada traz esse sentimento de insegurança, incertezas e dúvidas, pois não se sabe como agir, como ou o quê ensinar a cada tipo de deficiência. Por isso que essa falta tem que ser compensada pela busca por conta própria, participando de cursos, congressos, pesquisas e/ou grupos de estudos sobre o assunto. Três (3) dos professores pesquisados (37,5%), mesmo nesse contexto de dificuldades, afirmaram que a experiência em turmas inclusivas tem sido “... um aprendizado também para nós professores.” e “Bastante enriquecedora. A gente aprende a lidar com as limitações dos alunos com necessidades especiais.”.

Acerca desta realidade é importante salientar que, conforme o material de orientação do Ministério da Educação (MEC) de 2006, chamado de “Coleção Saberes e Práticas da Inclusão – Educação Infantil”, os aspectos da formação de recursos humanos em educação especial, propõe a inserção da temática de inclusão das pessoas com deficiência, no âmbito dos cursos de formação. Se conforme a prática da orientação do referido documento, de que na “formação inicial de professores devam obrigatoriamente ser incluída nos currículos oficiais das universidades disciplinas que discutam aspectos científicos, sociais e educacionais que permeiam as deficiências...” (BRASIL, 2006b, p. 25), os dados aqui apresentados sugerem haver alguns problemas na qualidade da formação proporcionada.

Existe uma vasta relação de documentos do MEC que orientam o trabalho docente com as políticas públicas de Inclusão Escolar. Contudo, as diretrizes para a inclusão de todos os alunos no ensino regular, independente do grau de comprometimento, sendo que os mais severamente comprometidos são atendidos apenas por instituições especializadas, ainda é falha e precária por não alcançar todos aqueles que se formam em docência.

1.2 Atuação profissional

A inclusão escolar está presente na formação continuada de apenas dois (2) educadores entrevistados (25%), como os cursos de aperfeiçoamento em AEE e Inclusão Social. Esses dados apontam a necessidade em redefinir e reavaliar o objeto e a demanda de intervenção do professor, tendo em vista que poucos estão procurando se

adequarem as políticas de inclusão. A atual política de Educação Especial ressalta a necessidade do trabalho interdisciplinar e a importância da formação inicial e continuada dos professores.

Os principais desafios, na atuação profissional, vivenciados no cotidiano de trabalho citados, por sua vez, foram: a adequação curricular; condições de trabalho, como estrutura física e pedagógica; além de incluir de fato esses alunos no ambiente escolar como exemplificado por um dos professores a seguir: “Alguns alunos a tratam de forma desrespeitosa, apelidando-a, tratando-a com desprezo..”.

Com relação à adaptação curricular, apenas três professores (3) a realizam (37,5%), enquanto que a maioria (62,5%) não a faz por não acharem necessário, visto que o grau de comprometimento da aluna com deficiência física (DF) não interfere diretamente em seu aprendizado.

Já com relação à estrutura física da escola, metade dos docentes (50%) afirmam que a escola não possui condições físicas adequadas para receber um aluno com DF, como o seguinte relato: “ Não. Não tem sinalização do banheiro adaptado, rampa de acesso a quadra poliesportiva e piso tátil.”. A outra metade (50%) acredita que a escola a qual trabalham oferecem condições arquitetônicas suficientes para um bom atendimento das pessoas com DF, como no relato: “Sim, inclusive o banheiro foi readaptado!”.

Em relação à estrutura pedagógica da escola, quatro (4) professores (50%) concordam que a escola não possui uma estrutura pedagógica adequada para alunos com DF, como a falta de material didático e pedagógico adequado. Outros três (3) docentes (37,5%) afirmam que a escola possui condições pedagógicas favoráveis, como citado: “Sim. Tem a Sala de Recursos...”. E um (1) docente diz não ter certeza com relação ao assunto (12,5%), tendo dúvidas da capacidade pedagógica da escola em atender de modo eficiente o aluno com deficiência física (DF).

Foram relatadas também dificuldades na inclusão escolar e social da referida aluna com DF e dúvidas com relação à quais atitudes devem ser tomadas para que ocorra a verdadeira inclusão da mesma. Os entrevistados apontaram obstáculos, dificuldades na comunicação verbal com a aluna com DF por ela ter a fala comprometida, ocasionada por alterações nas estruturas musculares dos órgãos fonoarticulatórios. Um professor relata que: “Como a aluna tem problemas na fala, no começo, foi preciso certa intervenção.”. Além disso, citaram que a aluna com DF enfrentou ou ainda enfrenta bullying de alguns colegas de classe, por causa desse

comprometimento na fala, mas que observam melhoras e que já têm ocorrido mudanças nesse comportamento preconceituoso por parte de seus colegas.

Indo de encontro a este fato, na observação participativa da pesquisadora deste estudo e que também é professora regente da aluna A, durante a ministração de suas aulas, notou-se que houve uma melhora significativa no comportamento tanto dos alunos sem deficiência da turma inclusiva como da própria aluna A. Foi notória a mudança de atitudes dos alunos sem deficiência, pois, ao contrário que eles faziam no início do ano como imitações da voz da aluna A ou demonstrações de intolerância, eles, ao final da observação participativa, mostraram já estarem socializados com ela, sem brigas e/ou discussões. A pesquisadora, quando percebia algum desconforto por parte da aluna A com relação ao convívio com os colegas, tentava intervir junto a todos os envolvidos, por meio de conversas individuais, buscando a conscientização dos mesmos sobre a aceitação de outro indivíduo diferente dos padrões normais estabelecidos pela sociedade. A aluna A também mostrou melhora tanto em seu comportamento como em suas atitudes. Antes, ela sempre estava envolvida em discussões verbais com seus colegas de classe por se sentir excluída e, como uma forma de defesa, ela os enfrentava de maneira agressiva com palavras e insultos. Ao final da observação participativa, ela já demonstrou estar inserida no grupo de alunos de sua turma inclusiva, alcançando a socialização almejada nesta pesquisa.

2 DISCUSSÕES

Os resultados apontam as principais dificuldades encontradas no contexto da inclusão escolar de pessoas com deficiência física (DF) dentro das escolas, em que a implementação da teoria sobre o assunto está bem distante das práticas do cotidiano escolar. Por isso, se faz necessário a busca pela diminuição das disparidades dentro das instituições de ensino inclusivas de modo a atender, da melhor maneira possível, os alunos com DF.

A primeira dificuldade observada e relatada nos questionários aplicados é a questão da formação profissional, especializada e contínua. O docente sem o devido preparo não consegue de maneira precisa e objetiva alcançar uma inclusão escolar eficaz e efetiva. É preciso que se invista na criação de uma política de formação continuada para os profissionais da educação. A partir daí, será possível a abertura de espaços para reflexão e implementação da política de educação inclusiva de qualidade.

> A formação dos professores também ganha destaque entre as demandas mais emergentes para o aprofundamento do processo de inclusão. Existe um consenso de que é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional. O "despreparo dos professores" figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento do educador com aquele sujeito que não está de acordo com "os padrões de ensino e aprendizagem" da escola. (BRASIL, 2005, p. 28).

Assim, a formação inicial dos professores oferecida no currículo dos cursos de licenciatura, tem que ser voltada para a perspectiva da educação inclusiva, já que a escola é um dos espaços de ação de transformação. De acordo com (BRASIL, 2005), os cursos de formação de professores pouco abordam sobre educação inclusiva e conhecimentos acerca das necessidades educacionais especiais dos alunos. Assim, é necessário introduzir modificações tanto na formação inicial dos educadores, quanto na formação continuada ao longo da carreira profissional dos mesmos.

> Uma das dificuldades encontradas na formação dos educadores, no estudo de alguns fundamentos teóricos para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, é o amplo leque de realidades sócio-culturais existentes em nosso país. Para atender esta demanda tão diversa, o material dirigido à formação tem se proposto oferecer uma linguagem suficientemente abrangente para ser acessível a todos. Porém, em alguns casos, se observa a excessiva simplificação dos conteúdos propostos, aliada a uma superficialidade que se distancia das situações problemáticas concretas de cada realidade. (BRASIL, 2005, p. 21).

Além da formação profissional e continuada de educadores, a instituição de ensino tem que dar sua contribuição nesse processo de inclusão escolar. É preciso que ela assuma seu papel de função social, de modo que,

> A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes

> também não conseguem encontrar um "lugar" na escola. (BRASIL, 2005, p. 21).

Assim, a formação continuada do professor não é uma ação independente e isolada. É necessário que as escolas e todos os elementos que fazem parte do processo educacional se envolvam no sentido de gerar transformação e sensibilização para atender às necessidades educacionais especiais de seus alunos (BRASIL, 2005).

Não basta somente a escola aceitar a matrícula de um aluno com deficiência, mostrando que reconhece as políticas de inclusão. Tem-se que dar suporte pedagógico e didático, como a adequação do número de alunos por turma, ou seja, a formação de turmas reduzidas para a inserção do aluno com deficiência. Além disso, é importante que a escola traga a conscientização de toda a comunidade escolar nesse processo de incluir, de mudanças de paradigmas.

> Consideradas essas questões, a educação inclusiva implica na implementação de políticas públicas, na compreensão da inclusão como processo que não se restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda a comunidade escolar. (BRASIL, 2005, p. 27).

Dessa maneira, constata-se que "as escolas não podem mudar sem o empenhamento dos professores; e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham" (BRASIL, 2006b apud NÓVOA).

Percebe-se que com relação à acessibilidade, tanto pedagógica como arquitetônica, apesar dos esforços das escolas para se adequarem à inclusão escolar, ainda existem obstáculos a serem superados. Para que isso ocorra de maneira efetiva, é necessário que se utilize o Projeto Político-Pedagógico (PPP) para firmar e traçar os caminhos de uma inclusão com qualidade, com as devidas adaptações.

> Os sistemas de ensino devem prover e promover mudanças em sua organização, a partir do projeto político pedagógico das escolas de modo que possam oferecer um atendimento educacional com qualidade a todas as crianças, eliminando barreiras atitudinais, físicas e de comunicação. (BRASIL, 2006a, p.2)

As adaptações físicas são de extrema importância no dia a dia do aluno com deficiência física (DF). Com este intuito, foi feito o Decreto n° 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, "facilitando sua independência e transformando-se em um compromisso ético-político." (BRASIL, 2006a, p. 25). Além disso, para que a instituição de ensino possa oferecer espaço físico adaptado para a realização das atividades escolares, com total acessibilidade, deve-se seguir as normas da ABNT n° 9050 e os Subsídios para Elaboração de Projetos e Adequação de Edificações Escolares do FUNDESCOLA.

Em consonância com a legislação, o PPP de cada escola deve prever adaptações físicas no prédio escolar e nas áreas livres, adaptações na sala de aula e no mobiliário, adequações curriculares e recursos pedagógicos que permitam ao aluno acompanhar o desenvolvimento do currículo, de forma satisfatória. São exemplos de adaptações arquitetônicas as rampas de acesso, corrimões, piso tácteis, sinalização, banheiros adaptados, móveis adaptados e eliminação de obstáculos físicos que possam atrapalhar a passagem de um aluno com DF.

Infelizmente, o espaço escolar não está preparado para atender a todas as especificidades das deficiências, entretanto, tem-se que fazer algumas adequações mínimas, que são necessárias realizar no prédio escolar e na sala de aula, para favorecer o acesso e a permanência do aluno na escola.

Já com relação à adaptação pedagógica é preciso observar as limitações de cada aluno com deficiência. Nas escolas inclusivas, tanto o professor regente como os professores da Sala de Recursos, que são do Atendimento Educacional Especializado (AEE), podem fazer essas adaptações, um auxiliando o outro, visto que o professor regente lida com o aluno com deficiência diretamente em sala de aula e sabe de suas dificuldades e o do AEE sabe com agir em cada deficiência.

> Muitos recursos pedagógicos podem ser utilizados no sentido de minimizar as limitações funcionais, motoras e sensoriais desses alunos, facilitando o processo de ensino e aprendizagem. O professor deve ser o principal idealizador desses recursos, tendo, para isso, a máxima atenção em observar o aluno nas atividades de sala de aula, buscando identificar a necessidade de cada um. (BRASIL, 2006a, p. 26).

Assim, o professor pode criar ou adaptar vários recursos pedagógicos contribuindo com o sucesso educacional de seus alunos. Esses recursos são chamados de ajudas técnicas.

> Pessoas com deficiência física têm grandes possibilidades de desenvolver seu potencial, se a escola estiver aberta para responder às suas necessidades. O professor, com seu conhecimento e criatividade, pode oferecer ao aluno recursos especiais que irão facilitar o seu processo educacional e sua autonomia, contribuindo, assim, para torná-lo uma pessoa mais feliz. (BRASIL, 2006a, p. 27).

A adaptação curricular também faz parte desse processo de ensino-aprendizagem, de modo que,

> O currículo, por sua vez, deverá contemplar a interação dos alunos e sequenciar os conteúdos, considerando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. A elaboração deste currículo educacional favorece o elenco de conhecimentos essenciais (global) estratégias e procedimentos. (BRASIL, 2006a, p.29).

Aqui, mais uma vez, o PPP tem a importante função de direcionar a elaboração do currículo da escola, na perspectiva de uma escola inclusiva, atendendo ao princípio da flexibilização. A Lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1996 (LDBEN), em seus artigos 26, 27 e 32, sugere que o currículo deve ser desenvolvido levando em consideração os aspectos culturais locais e as peculiaridades dos educandos. Além disso, deve ser "um currículo aberto e flexível de modo a dar respostas educativas ao processo de escolarização formal em todos os níveis e modalidades de ensino, tornando-o um processo dinâmico que possibilite sua constante revisão e adequação." (BRASIL, 2006a, p. 30).

A maneira de se avaliar o aluno com deficiência seja física ou não, deve ser diferenciada, num processo contínuo e permanente, compartilhado por todos os profissionais da educação que atuam na escola. É uma prática que deve envolver a observação dos alunos em todas as atividades educacionais, dentro e fora da sala de aula, o registro das observações e análise dos produtos apresentados pelos alunos nas diversas tarefas escolares, isto é, seu desenvolvimento cognitivo, motor, social e afetivo.

No questionário realizado com os oito (8) professores da escola pesquisada observa-se que apenas três (3) deles, a minoria, faz a adaptação curricular, ou seja,

37,5% da amostra. Isto demonstra a necessidade de uma mudança de comportamento dos docentes com relação à inclusão escolar e também da escola, que tem que cobrar essa atitude de conscientização por parte dos professores. Não basta somente o AEE fazer essas adaptações na escola, mas os regentes também tem que contribuir para uma inclusão escolar que busque a integração do aluno com deficiência, e não a segregação no ambiente escolar.

Por fim, é preciso conscientizar os alunos sem deficiência sobre o convívio com alunos com deficiência física, buscando o respeito e aceitação destes na comunidade escolar. A inclusão escolar tem de ser feita de modo que não haja uma divisão entre os alunos, separando aqueles que necessitam de intervenção uma equipe de apoio e aqueles que não necessitam.

> Fazer com que alguns alunos fiquem "marcados" como problemáticos e como únicos casos que demandam apoio da equipe só contribui para que sua dificuldade de inserção no grupo se acentue. É preciso considerar não só o aluno a ser incluído, mas também o grupo do qual ele participará. (BRASIL, 2005, p.10).

Conforme o relato de cinco (5) professores (62,5%), a aluna com deficiência física (DF) "... está bem socializada", em comparação ao inicio do ano letivo, porém, ainda existe alguns sinais exclusão por parte dos colegas, quando são feitas certas práticas de bullying com ela.

Por isso que a inclusão escolar se deve à construção cotidiana de mudanças comportamentais e ideológicas, seja dos alunos, seja do corpo docente, seja da família ou da própria pessoa com deficiência, em que as diferenças sejam sempre respeitas e não eliminadas.

COMENTÁRIOS FINAIS

Sendo assim, é possível observar que o tema sobre Direitos Humanos é mais abrangente e vasto do que se imagina, além de sua complexidade. O que o torna ainda mais interessante ao saber de sua indivisibilidade, interdependência e integralidade na perspectiva de gerações de direitos (SOUSA JÚNIOR; SOUSA, 2014, p. 15).

Por isso que a escola se torna "o lugar de se tornar cidadão/cidadã, sujeito, humano – o lugar de se constituir como sujeito de direitos, como pessoa, marcada pela dignidade do humano.", conforme visto no presente curso, no Módulo IV, Seção III, "Tornar-se humano e os Direitos Humanos", no texto "Educar *pela* e *para* a cidadania, na perspectiva da Educação *em* e *para* os Direitos Humanos", de autoria de Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino. O mesmo texto afirma que não se trata de "darmos" os direitos às e aos estudantes e educadores/as, mas de promovermos um espaço de acolhimento, de escuta, de modo que elas e eles se exerçam como sujeitos de direitos (PULINO, 2014, p.07).

A nova concepção de escola é que ela esteja preparada para receber a todos os alunos não de forma homogênea, mas onde sejam valorizadas suas individualidades. A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas.

A inclusão escolar é a medida necessária para o alcance da democratização dentro da escola, sendo a participação da família e de toda a comunidade escolar de fundamental importância na construção de indivíduos ainda em construção ideológica, com seres pensantes.

Por isso, os resultados nos levam a refletir sobre esse contexto inclusivo, de práticas pautadas em princípios institucionais limitados à classificação de sujeitos de acordo com as incapacidades destes. Porém, tem-se que tomar cuidado com essa implementação, pois pode-se criar o conceito de pessoas diferentes, gerando o sentimento de preconceito e isto não vai de encontro com o conceito da inclusão.

São necessárias mudanças estruturais e pedagógicas, em que a adequação no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola abranja as múltiplas variáveis constituintes da deficiência e, em especial a deficiência física, permitindo a construção de dados que

subsidiem as decisões pedagógicas e didáticas voltadas para as turmas em que se pratica a inclusão escolar.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) também faz parte dessas mudanças, reorganizando os métodos de ensino-aprendizagem para apoiar o desenvolvimento dos alunos assistidos, exigindo transformações na prática profissional do educador. Isto faz com que ele aborde, em seus métodos de ensino, especificidades de acordo com o público alvo específico.

Os resultados levantados também fornecem subsídios à formação e atuação do professor, contribuindo para possibilidade de outros avanços na prática profissional deste. Esta pesquisa é indispensável para conhecer as características da intervenção dos educadores nas instituições de educação inclusiva, pois conhecer a realidade de trabalho é fundamental para a ampliação do conhecimento, promovendo as mudanças necessárias por meio da conscientização. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça.

Observa-se também certo esforço de órgãos governamentais, por meio de diretrizes e normas, para a implementação nas escolas inclusivas na melhoria da acessibilidade arquitetônica, fazendo as adaptações estruturais necessárias para que as pessoas com deficiência física possa se deslocar de maneira segura. Porém, a busca da acessibilidade pedagógica e didática ainda é falha e precária, pois as escolas inclusivas não possuem material didático e pedagógico adaptados para cada tipo de deficiência, dificultando o ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência. Assim, os professores lidam com o improviso todos os dias em sala de aula, tentando contribuir no desenvolvimento dos alunos com deficiência da melhor maneira possível.

A inclusão escolar visa à modificação da sociedade para possibilitar o desenvolvimento pessoal e social da pessoa com deficiência física, garantindo possibilidades de exercício da cidadania. É na escola que se inicia essa conscientização, começando pela turma inclusiva onde o aluno com deficiência física está inserido. O professor regente tem o papel de intervir quando for necessário e até mesmo se antecipar aos fatos, a partir do momento em que se vê numa turma já diferenciada, como ela ser reduzida em números de alunos em comparação as outras turmas para o atendimento inclusivo.

Nesse âmbito, recomenda-se também o uso de estratégias de intervenção sobre toda a comunidade escolar, por meio de formas de abordagem que valorizem o conceito de inclusão escolar. Uso de recursos como palestras, debates, conscientização em sala de aula por meio de textos e vídeos, trabalho e dinâmicas em grupo e atividades extraclasse que priorizem a troca de experiências sobre a inclusão, são práticas que vão em direção aos princípios inclusivos. Contudo, alerta-se para o fato de que, mais importante do que as estratégias utilizadas, é a postura da escola e do corpo docente em como lidar nesse contexto inclusivo.

É importante frisar que a questão da inclusão escolar não é mais um encargo que o sistema educacional está impondo, seja no professor, seja na escola, mas sim uma política de educação que tem por objetivo mudar anos de discriminação, de preconceito e de injustiça sofridos pelas pessoas com deficiência.

A inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular é uma realidade que tem como parâmetros pressupostos legais e humanos, ou seja, é uma questão de direito e de respeito à diversidade.

Assim, este Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural trouxe a conscientização de que Educação em Direitos Humanos (EDH) deve ser uma educação em valores, tais como a tolerância, a não discriminação e o respeito à diversidade, a dignidade humana, a liberdade, a justiça, a solidariedade, a aceitação do outro como um legítimo outro e o pluralismo, conforme visto no Módulo 8, Seção 3. Dessa maneira, a compreensão de EDH remete à ideia de formação em virtudes fundamentais que possam sustentar uma convivência solidária, pacífica e educativa, seja no dia a dia como cidadão, seja dentro de uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; Moll, Jaqueline (org). **Para além do fracasso escolar.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

ARAÚJO, Ana Paula de. **Nanismo**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/doencas-geneticas/nanismo/>. Acesso em: 24 de outubro de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 07 de setembro 2015.

_____. Declaração (1994). **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 06 de setembro de 2015.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 07 de setembro 2015.

_____. Decreto n° 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 07 de setembro 2015.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 07 de setembro 2015.

_____. **Legislação Brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 4. ed. , rev. e atual. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 07 de setembro 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem deficiência múltipla.** Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Educação. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais – Deficiência Física.** Brasília, DF, 2006a.

_____. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física.** Brasília, DF, 2006b.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008.

_____. Portaria Federal nº 2.344, de 03 de novembro de 2010. Dá publicidade às alterações promovidas pela Resolução nº 1, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadores de Deficiência – CONADE.

_____. Ministério da Educação. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva.** Brasília, DF, 2010a.

_____. Ministério da Educação. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2010b.

BRASÍLIA (DISTRITO FEDERAL*)*. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Especial.** 2014. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/282-midias/443-curriculoemmovimento.html>. Acesso em: 07 de setembro de 2015.

CATALDI, C. L., **Os Caminhos percorridos pela Educação Física Inclusiva: uma Reflexão a partir do Perfil e Propostas Pedagógicas dos Professores de Educação Física**. Dissertação de mestrado – Faculdade de Educação Física. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. Atlas S.A.. São Paulo, 2002.

GODÓI, Ana Maria de; Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD; et al. **Saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização : deficiência física.** 4. ed. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2006b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciafisica.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>. Acesso em: 06 de setembro de 2015.

MACEDO, Ângela; NEVES, Rosa Cristina. **Revista Científica: Edição 001 - Educação Especial Interações pedagógicas e educação inclusiva.** Disponível em: <http://issuu.com/iesfafe/docs/iesf_1publica___o__1_>. Acesso em: 07 de setembro de 2015.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do; DELMONDEZ, Polianne. **Sujeitos da diversidade cultural e suas vulnerabilidades.** In: Curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo II). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/TextoSujeitos%20da%20Diversidade%20Cultural%20e%20da%20Desigualdade%20Social.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

NUBILA, Heloisa Brunow Ventura Di; BUCHALLA, Cassia Maria. **O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v11n2/14.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2015.

Portal G1, Fantástico. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/12/tradicao-indigena-faz-pais-tirarem-vida-de-crianca-com-deficiencia-fisica.html>. Acesso em: 06 de setembro de 2015.

Portal R7, Mundo educação. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/sociologia/minorias.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. **Educar pela e para a cidadania, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos.** In: Curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo IV). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Texto%20se%C3%A7%C3%A3o%20III%20(3).pdf> . Acesso em: 16 de outubro de 2015.

SCHIRMER, Carolina R.; et al. **Atendimento educacional especializado**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf>. Acesso em: 06 de setembro de 2015.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: CEDAS, 1986. <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>. Acesso em: 06 de setembro de 2015.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Retrospectiva histórica e concepção da Educação em e para os Direitos Humanos.** In: Curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo VIII). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Se%C3%A7%C3%A3o%20I%20(1).pdf>. Acesso em: 06 de setembro de 2015.

RICHARDSON, Robert Jarry; et al. **Pesquisa Social – Métodos e técnicas.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/226198537/01-Richardson-Pesquisa-Social-MCtodos-e-TCcnicas-pdf-PdfCompressor-643562#scribd>. Acesso em: 06 de setembro de 2015.

SASSAKI, Romeu**. Inclusão: o paradigma do século XXI.** Revista inclusão, Brasília, ano 01, nº1 out.. 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <http://www.academia.edu/6937026/Estudo-de-Caso-Planejamento-e-Metodos-Robert-k-Yin>. Acesso em: 06 de setembro de 2015.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário aplicado com os docentes do C.E.F 02 Paranoá - DF

Carta de apresentação aos entrevistados (as)

Eu, **Mariana Pires Duarte Guimarães**, matriculada/o no Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural – EEDH, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do/a **Prof/ª. Maria Veralice Barroso**, estou realizando pesquisa intitulada "A inclusão escolar das pessoas com deficiência física (DF)".

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários e/ou realização de entrevista com professores regentes representantes do/a Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F. 02 Paranoá).

Assim, solicitamos sua compreensão e resposta ao questionário.

Para a realização destas técnicas de pesquisa não será necessária identificação do (a) entrevistado (a). Apenas constará o nome da instituição ou órgão ao qual o entrevistado (a) esteve ou está vinculado. Todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes. Comprometemo-nos a manter sigilo quanto ao nome dos/as respondentes.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito nos seguintes telefones: (61) 9208-2695. Disponibilizamos também o seguinte e-mail: mpdg777@ig.com.br.

Atenciosamente,

Nome: Mariana Pires Duarte Guimarães
Matrícula: 20140171479
Orientador/a: **Maria Veralice Barroso**
EEDH - SECADI-MEC

Questionário de Pesquisa sobre a "Inclusão escolar das pessoas com Deficiência Física (DF)"

Instituição de ensino: _____

Sexo: _____ Data: _____

Idade: _____

Função: _____

P1. Você está na Carreira Magistério há quanto tempo?

_____

P2. Qual sua carga horária?

_____

P3. Você é do quadro efetivo ou temporário desta instituição de ensino?

_____

P4. Qual sua área de formação acadêmica?

_____

P5. Você tem curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial? Se sim, qual (is)?

_____

_____

P6. Você já havia tido alguma experiência com alunos com deficiência?

_____

P7. Para você, como tem sido a experiência com turmas inclusivas?

_____

_____

P8. Com relação à aluna com Deficiência Múltipla (DMU), em que uma delas é a Deficiência Física, quais as dificuldades encontradas?

_____

_____

P9. Você e os outros professores regentes da aluna com deficiência física tem contato direto com a família dela?

_____

P10. Quais as adaptações que você realiza para a aluna com deficiência física?

_____

_____

P11. Para você, como a referida aluna com deficiência física é tratada dentro da sala de aula inclusiva pelos os outros alunos?

_____

_____

P12. Você percebe alguma melhora significativa da aluna com deficiência física com relação ao contexto social dentro da escola?

_____

_____

P13. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura física adequada para atender com qualidade a aluna com deficiência física?

_____

_____

P14. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura pedagógica necessária para atender com qualidade a referida aluna com deficiência física?

_____

Desde já, agradeço sua participação, que é de extrema importância na busca de uma inclusão escolar de qualidade. Obrigada.

Apêndice B – Questionários respondidos pelos docentes do C.E.F 02 Paranoá - DF

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Carta de apresentação aos entrevistados (as)

Eu, **Mariana Pires Duarte Guimarães**, matriculada/o no Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural – EEDH, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do/a **Prof/ª. Maria Veralice Barroso**, estou realizando pesquisa intitulada "A inclusão escolar das pessoas com deficiência física (DF)".

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários e/ou realização de entrevista com professores regentes representantes do/a Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F. 02 Paranoá).

Assim, solicitamos sua compreensão e resposta ao questionário.

Para a realização destas técnicas de pesquisa não será necessária identificação do (a) entrevistado (a). Apenas constará o nome da instituição ou órgão ao qual o entrevistado (a) esteve ou está vinculado. Todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes. Comprometemo-nos a manter sigilo quanto ao nome dos/as respondentes.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito nos seguintes telefones: (61) 9208-2695. Disponibilizamos também o seguinte e-mail: mpdg777@ig.com.br

Atenciosamente,

Nome: Mariana Pires Duarte Guimarães
Matrícula: 20140171479
Orientador/a: **Maria Veralice Barroso**
EEDH - SECADI-MEC

Questionário de Pesquisa sobre a "Inclusão escolar das pessoas com Deficiência Física (DF)"

Instituição de ensino: CEF-02 Paranoá
Sexo: Masculino Data: 13/10/2015
Idade: 28
Função: Professor

P1. Você está na Carreira Magistério há quanto tempo?
Um ano.

P2. Qual sua carga horária?
40 h.

P3. Você é do quadro efetivo ou temporário desta instituição de ensino?
Efetivo.

P4. Qual sua área de formação acadêmica?
História.

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

P5. Você tem curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial? Se sim, qual (is)?
Não.

P6. Você já havia tido alguma experiência com alunos com deficiência?
Não.

P7. Para você, como tem sido a experiência com turmas inclusivas?
Acredito que a escola não conta com uma estrutura adequada para receber os alunos, prejudicando o aprendizado e a experiência.

P8. Com relação à aluna com Deficiência Múltipla (DMU), em que uma delas é a Deficiência Física, quais as dificuldades encontradas?
Dificuldades de comunicação e de ensino e aprendizagem.

P9. Você e os outros professores regentes da aluna com deficiência física tem contato direto com a família dela?
A Somente a direção e os professores da sala de recursos.

P10. Quais as adaptações que você realiza para a aluna com deficiência física?
Nenhuma. Não acredito na necessidade de adaptações, pois o problema físico não a prejudica de forma contundente.

P11. Para você, como a referida aluna com deficiência física é tratada dentro da sala de aula inclusiva pelos os outros alunos?
Normalmente

P12. Você percebe alguma melhora significativa da aluna com deficiência física com relação ao contexto social dentro da escola?
Percebo que existiu certa melhora em relação ao início do ano.

P13. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura física adequada para atender com qualidade a aluna com deficiência física?
Em relação ao problema físico, sim.

P14. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura pedagógica necessária para atender com qualidade a referida aluna com deficiência física?
Em relação ao problema físico, sim. Não acredito que o problema físico da aluna seja um problema para a escola. Já os outros problemas apresentados, acredito que a estrutura não seja adequada.

Desde já, agradeço sua participação, que é de extrema importância na busca de uma inclusão escolar de qualidade. Obrigada.

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Carta de apresentação aos entrevistados (as)

Eu, **Mariana Pires Duarte Guimarães**, matriculada/o no Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural – EEDH, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do/a **Prof/ª. Maria Veralice Barroso**, estou realizando pesquisa intitulada "A inclusão escolar das pessoas com deficiência física (DF)".

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários e/ou realização de entrevista com professores regentes representantes do/a Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F. 02 Paranoá).

Assim, solicitamos sua compreensão e resposta ao questionário.

Para a realização destas técnicas de pesquisa não será necessária identificação do (a) entrevistado (a). Apenas constará o nome da instituição ou órgão ao qual o entrevistado (a) esteve ou está vinculado. Todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes. Comprometemo-nos a manter sigilo quanto ao nome dos/as respondentes.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito nos seguintes telefones: (61) 9208-2695. Disponibilizamos também o seguinte e-mail: mpdg777@ig.com.br.

Atenciosamente,

Nome: Mariana Pires Duarte Guimarães
Matrícula: 20140171479
Orientador/a: **Maria Veralice Barroso**
EEDH - SECADI-MEC

Questionário de Pesquisa sobre a "Inclusão escolar das pessoas com Deficiência Física (DF)"

Instituição de ensino: CEF 02 PARANOA
Sexo: FEMININO Data: 13/10/2015
Idade: 44
Função: PROFESSORA

P1. Você está na Carreira Magistério há quanto tempo?
03 ANOS

P2. Qual sua carga horária?
40 HORAS

P3. Você é do quadro efetivo ou temporário desta instituição de ensino?
EFETIVO

P4. Qual sua área de formação acadêmica?
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

P5. Você tem curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial? Se sim, qual (is)?
NÃO

P6. Você já havia tido alguma experiência com alunos com deficiência?
SIM

P7. Para você, como tem sido a experiência com turmas inclusivas?
NÃO TEM SIDO BOA, POIS ME FALTA FORMAÇÃO EM ENSINO ESPECIAL.

P8. Com relação à aluna com Deficiência Múltipla (DMU), em que uma delas é a Deficiência Física, quais as dificuldades encontradas?
A MAIOR DIFICULDADE É EM RELAÇÃO A COMUNICAÇÃO, POIS A ALUNA TEM DIFICULDADE PARA FALAR.

P9. Você e os outros professores regentes da aluna com deficiência física tem contato direto com a família dela?
NÃO

P10. Quais as adaptações que você realiza para a aluna com deficiência física?
ADAPTAÇÃO CURRICULAR.

P11. Para você, como a referida aluna com deficiência física é tratada dentro da sala de aula inclusiva pelos os outros alunos?
NO COMEÇO ALGUNS ALUNOS IMITAVAM A VOZ DELA, AGORA NÃO IMPLICAM MAIS COM ELA.

P12. Você percebe alguma melhora significativa da aluna com deficiência física com relação ao contexto social dentro da escola?
SIM. ELA ESTÁ BEM SOCIALIZADA

P13. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura física adequada para atender com qualidade a aluna com deficiência física?
NÃO

P14. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura pedagógica necessária para atender com qualidade a referida aluna com deficiência física?
NÃO

Desde já, agradeço sua participação, que é de extrema importância na busca de uma inclusão escolar de qualidade. Obrigada.

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Carta de apresentação aos entrevistados (as)

Eu, **Mariana Pires Duarte Guimarães**, matriculada/o no Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural – EEDH, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do/a **Prof/ª. Maria Veralice Barroso**, estou realizando pesquisa intitulada "A inclusão escolar das pessoas com deficiência física (DF)".

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários e/ou realização de entrevista com professores regentes representantes do/a Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F. 02 Paranoá).

Assim, solicitamos sua compreensão e resposta ao questionário.

Para a realização destas técnicas de pesquisa não será necessária identificação do (a) entrevistado (a). Apenas constará o nome da instituição ou órgão ao qual o entrevistado (a) esteve ou está vinculado. Todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes. Comprometemo-nos a manter sigilo quanto ao nome dos/as respondentes.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito nos seguintes telefones: (61) 9208-2695. Disponibilizamos também o seguinte e-mail: mpdg777@ig.com.br.

Atenciosamente,

Nome: Mariana Pires Duarte Guimarães
Matrícula: 20140171479
Orientador/a: **Maria Veralice Barroso**
EEDH - SECADI-MEC

Questionário de Pesquisa sobre a "Inclusão escolar das pessoas com Deficiência Física (DF)"

Instituição de ensino: CEF 02 Paranoá
Sexo: Feminino Data: 13/10/2015
Idade: 31
Função: professora

P1. Você está na Carreira Magistério há quanto tempo?
05 anos

P2. Qual sua carga horária?
40h semanais

P3. Você é do quadro efetivo ou temporário desta instituição de ensino?
Efetivo

P4. Qual sua área de formação acadêmica?
Educação Física.

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

P5. Você tem curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial? Se sim, qual (is)?
Sim. De AEE e TGD.

P6. Você já havia tido alguma experiência com alunos com deficiência?
Sim. Fui monitora da Carreira Assistência. SEEDF.

P7. Para você, como tem sido a experiência com turmas inclusivas?
Boa, porém ainda se encontra dificuldades para a transmissão de conteúdo tanto para os alunos com deficiência como para os alunos sem deficiência.

P8. Com relação à aluna com Deficiência Múltipla (DMU), em que uma delas é a Deficiência Física, quais as dificuldades encontradas?
Dificuldades na comunicação, pois a aluna tem dificuldade na fala.

P9. Você e os outros professores regentes da aluna com deficiência física tem contato direto com a família dela?
Não, somente a Sala de Recursos.

P10. Quais as adaptações que você realiza para a aluna com deficiência física?
Nenhuma.

P11. Para você, como a referida aluna com deficiência física é tratada dentro da sala de aula inclusiva pelos os outros alunos?
As vezes, com indiferença e intolerância, como brincadeiras de mal gosto, imitação da voz da aluna com dificuldade física.

P12. Você percebe alguma melhora significativa da aluna com deficiência física com relação ao contexto social dentro da escola?
Sim porque no início do ano ela não conseguia se firmar no grupo, discutiam muito entre eles. Hoje, já não existe mais brigas.

P13. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura física adequada para atender com qualidade a aluna com deficiência física?
Não. Pois dependendo do grau de comprometimento do aluno não existe sinalização, como onde se localiza o banheiro adaptado ou rampa de acesso à quadra desportiva.

P14. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura pedagógica necessária para atender com qualidade a referida aluna com deficiência física?
Sim. Tem a Sala de Recursos, porém ainda faltam materiais didáticos adaptados para cada tipo de deficiência.

Desde já, agradeço sua participação, que é de extrema importância na busca de uma inclusão escolar de qualidade. Obrigada.

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Carta de apresentação aos entrevistados (as)

Eu, **Mariana Pires Duarte Guimarães**, matriculada/o no Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural – EEDH, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do/a **Prof/ª. Maria Veralice Barroso**, estou realizando pesquisa intitulada "A inclusão escolar das pessoas com deficiência física (DF)".

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários e/ou realização de entrevista com professores regentes representantes do/a Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F. 02 Paranoá).

Assim, solicitamos sua compreensão e resposta ao questionário.

Para a realização destas técnicas de pesquisa não será necessária identificação do (a) entrevistado (a). Apenas constará o nome da instituição ou órgão ao qual o entrevistado (a) esteve ou está vinculado. Todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes. Comprometemo-nos a manter sigilo quanto ao nome dos/as respondentes.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito nos seguintes telefones: (61) 9208-2695. Disponibilizamos também o seguinte e-mail: mpdg777@ig.com.br.

Atenciosamente,

Nome: Mariana Pires Duarte Guimarães
Matrícula: 20140171479
Orientador/a: **Maria Veralice Barroso**
EEDH - SECADI-MEC

Questionário de Pesquisa sobre a "Inclusão escolar das pessoas com Deficiência Física (DF)"

Instituição de ensino: Centro de Ensino Superior Planalto
Sexo: Feminino Data: 13/10/2015.
Idade: 33anos
Função: Professora

P1. Você está na Carreira Magistério há quanto tempo?
Há 5 anos

P2. Qual sua carga horária?
40h semanal

P3. Você é do quadro efetivo ou temporário desta instituição de ensino?
Temporária

P4. Qual sua área de formação acadêmica?
Letras-Português

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

P5. Você tem curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial? Se sim, qual (is)?
Não.

P6. Você já havia tido alguma experiência com alunos com deficiência?
Sim.

P7. Para você, como tem sido a experiência com turmas inclusivas?
Bastante enriquecedora, a gente aprende a lidar com as limitações de alunos com necessidade especial.

P8. Com relação à aluna com Deficiência Múltipla (DMU), em que uma delas é a Deficiência Física, quais as dificuldades encontradas?
Dificuldades de aprendizagem.

P9. Você e os outros professores regentes da aluna com deficiência física tem contato direto com a família dela?
Não.

P10. Quais as adaptações que você realiza para a aluna com deficiência física?
Adaptações no conteúdo e espaço.

P11. Para você, como a referida aluna com deficiência física é tratada dentro da sala de aula inclusiva pelos os outros alunos?
Alguns alunos a tratam de forma desrespeitosa. Apelido-a, tratando a com desprezo.

P12. Você percebe alguma melhora significativa da aluna com deficiência física com relação ao contexto social dentro da escola?
Sim. A interação com os colegas facilita no aprendizado.

P13. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura física adequada para atender com qualidade a aluna com deficiência física?
Não.

P14. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura pedagógica necessária para atender com qualidade a referida aluna com deficiência física?
Sim.

Desde já, agradeço sua participação, que é de extrema importância na busca de uma inclusão escolar de qualidade. Obrigada.

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Carta de apresentação aos entrevistados (as)

Eu, **Mariana Pires Duarte Guimarães**, matriculada/o no Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural – EEDH, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do/a **Prof/ª. Maria Veralice Barroso**, estou realizando pesquisa intitulada "A inclusão escolar das pessoas com deficiência física (DF)".

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários e/ou realização de entrevista com professores regentes representantes do/a Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F. 02 Paranoá).

Assim, solicitamos sua compreensão e resposta ao questionário.

Para a realização destas técnicas de pesquisa não será necessária identificação do (a) entrevistado (a). Apenas constará o nome da instituição ou órgão ao qual o entrevistado (a) esteve ou está vinculado. Todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes. Comprometemo-nos a manter sigilo quanto ao nome dos/as respondentes.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito nos seguintes telefones: (61) 9208-2695. Disponibilizamos também o seguinte e-mail: mpdg777@ig.com.br.

Atenciosamente,

Nome: Mariana Pires Duarte Guimarães
Matrícula: 20140171479
Orientador/a: **Maria Veralice Barroso**
EEDH - SECADI-MEC

Questionário de Pesquisa sobre a "Inclusão escolar das pessoas com Deficiência Física (DF)"

Instituição de ensino: CEF 02
Sexo: Feminino Data: 13/10/2015
Idade: 29 anos
Função: Professor

P1. Você está na Carreira Magistério há quanto tempo?
8 anos.

P2. Qual sua carga horária?
40h.

P3. Você é do quadro efetivo ou temporário desta instituição de ensino?
Efetivo.

P4. Qual sua área de formação acadêmica?
Biologia

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

P5. Você tem curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial? Se sim, qual (is)?
Sim, pós-graduação em interpretação de libras.

P6. Você já havia tido alguma experiência com alunos com deficiência?
Sim

P7. Para você, como tem sido a experiência com turmas inclusivas?
Frustrante, pois não temos os instrumentos necessários para realizarmos um processo de aprendizado diferenciado.

P8. Com relação à aluna com Deficiência Múltipla (DMU), em que uma delas é a Deficiência Física, quais as dificuldades encontradas?
Dificuldade de entendimento do conteúdo, é necessário acompanhar o aluno de pto e, nem sempre, isso é possível.

P9. Você e os outros professores regentes da aluna com deficiência física tem contato direto com a família dela?
Não, exceto os professores da sala de recursos.

P10. Quais as adaptações que você realiza para a aluna com deficiência física?
Nenhuma.

P11. Para você, como a referida aluna com deficiência física é tratada dentro da sala de aula inclusiva pelos os outros alunos?
Sim

P12. Você percebe alguma melhora significativa da aluna com deficiência física com relação ao contexto social dentro da escola?
Não.

P13. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura física adequada para atender com qualidade a aluna com deficiência física?
Sim.

P14. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura pedagógica necessária para atender com qualidade a referida aluna com deficiência física?
Não.

Desde já, agradeço sua participação, que é de extrema importância na busca de uma inclusão escolar de qualidade. Obrigada.

Para prof. Mariana Ed. física

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Carta de apresentação aos entrevistados (as)

Eu, **Mariana Pires Duarte Guimarães**, matriculada/o no Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural – EEDH, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do/a **Prof/ª. Maria Veralice Barroso**, estou realizando pesquisa intitulada "A inclusão escolar das pessoas com deficiência física (DF)".

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários e/ou realização de entrevista com professores regentes representantes do/a Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F. 02 Paranoá).

Assim, solicitamos sua compreensão e resposta ao questionário.

Para a realização destas técnicas de pesquisa não será necessária identificação do (a) entrevistado (a). Apenas constará o nome da instituição ou órgão ao qual o entrevistado (a) esteve ou está vinculado. Todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes. Comprometemo-nos a manter sigilo quanto ao nome dos/as respondentes.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito nos seguintes telefones: (61) 9208-2695. Disponibilizamos também o seguinte e-mail: mpdg777@ig.com.br.

Atenciosamente,

Nome: Mariana Pires Duarte Guimarães
Matrícula: 20140171479
Orientador/a: **Maria Veralice Barroso**
EEDH - SECADI-MEC

Questionário de Pesquisa sobre a "Inclusão escolar das pessoas com Deficiência Física (DF)"

Instituição de ensino: CEF 02 do Paranoá
Sexo: feminino Data: 21.10.2015
Idade: 52
Função: Professora

P1. Você está na Carreira Magistério há quanto tempo?
20 anos

P2. Qual sua carga horária?
40 horas.

P3. Você é do quadro efetivo ou temporário desta instituição de ensino?
Quadro efetivo.

P4. Qual sua área de formação acadêmica?
Matemática e Ciências.

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

P5. Você tem curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial? Se sim, qual (is)?
Sim, AEE, Inclusão Social, ...

P6. Você já havia tido alguma experiência com alunos com deficiência?
Sim. O professor interessado em incluir acolhe o aluno que lhe chega como pessoa real e única, tenha ele ou não deficiência.

P7. Para você, como tem sido a experiência com turmas inclusivas?
Diversidade - conhecimento - aceitação - valorização Compromisso.

P8. Com relação à aluna com Deficiência Múltipla (DMU), em que uma delas é a Deficiência Física, quais as dificuldades encontradas?
A referida aluna tem boa condições de locomoção, o que mais a incomoda é a fala.

P9. Você e os outros professores regentes da aluna com deficiência física tem contato direto com a família dela?
Sim.

P10. Quais as adaptações que você realiza para a aluna com deficiência física?
Organização espacial da escola e da sala de aula. Os espaços escolares e sua organização precisam refletir a vontade de incluir, não só com construções, mas com posturas (Graça)

P11. Para você, como a referida aluna com deficiência física é tratada dentro da sala de aula inclusiva pelos os outros alunos?
Ela é bem aceita tanto pelos professores quanto pelos colegas inclusive pelos servidores da escola.

P12. Você percebe alguma melhora significativa da aluna com deficiência física com relação ao contexto social dentro da escola?
Houve grande melhora! Mas precisa melhorar ainda mais, principalmente o social.

P13. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura física adequada para atender com qualidade a aluna com deficiência física?
Sim, inclusive o banheiro foi adaptado!

P14. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura pedagógica necessária para atender com qualidade a referida aluna com deficiência física?
A escola possui estrutura pedagógica para atender a aluna e seus familiares. Inclusive a família procura e muito para tratar do pedagógico.

Desde já, agradeço sua participação, que é de extrema importância na busca de uma inclusão escolar de qualidade. Obrigada.

Instituto de Psicologia - Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

A escola deve se constituir em um espaço democrático e plural, onde todos aprendam com as diferenças.
(Martinha Clarete)

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Carta de apresentação aos entrevistados (as)

Eu, **Mariana Pires Duarte Guimarães**, matriculada/o no Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural – EEDH, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do/a **Prof/ª. Maria Veralice Barroso**, estou realizando pesquisa intitulada "A inclusão escolar das pessoas com deficiência física (DF)".

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários e/ou realização de entrevista com professores regentes representantes do/a Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F. 02 Paranoá).

Assim, solicitamos sua compreensão e resposta ao questionário.

Para a realização destas técnicas de pesquisa não será necessária identificação do (a) entrevistado (a). Apenas constará o nome da instituição ou órgão ao qual o entrevistado (a) esteve ou está vinculado. Todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes. Comprometemo-nos a manter sigilo quanto ao nome dos/as respondentes.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito nos seguintes telefones: (61) 9208-2695. Disponibilizamos também o seguinte e-mail: mpdg777@ig.com.br.

Atenciosamente,

Nome: Mariana Pires Duarte Guimarães
Matrícula: 20140171479
Orientador/a: **Maria Veralice Barroso**
EEDH - SECADI-MEC

Questionário de Pesquisa sobre a "Inclusão escolar das pessoas com Deficiência Física (DF)"

Instituição de ensino: CEF 02 Paranoá
Sexo: Feminino Data: 13/10/15
Idade: 64 anos
Função: Professora de Artes

P1. Você está na Carreira Magistério há quanto tempo?
21 anos

P2. Qual sua carga horária? 40 horas

P3. Você é do quadro efetivo ou temporário desta instituição de ensino?
efetivo

P4. Qual sua área de formação acadêmica?
Artes.

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

P5. Você tem curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial? Se sim, qual (is)?
não

P6. Você já havia tido alguma experiência com alunos com deficiência?
Sim

P7. Para você, como tem sido a experiência com turmas inclusivas?
me sinto muito insegura com certas deficiências.

P8. Com relação à aluna com Deficiência Múltipla (DMU), em que uma delas é a Deficiência Física, quais as dificuldades encontradas?
fico um pouco constrangida pois não sei se devo ajudar em sua locomoção ou alguma outra necessidade do aluno.

P9. Você e os outros professores regentes da aluna com deficiência física tem contato direto com a família dela?
às vezes sim. nem sempre.

P10. Quais as adaptações que você realiza para a aluna com deficiência física?
nenhuma

P11. Para você, como a referida aluna com deficiência física é tratada dentro da sala de aula inclusiva pelos os outros alunos?
normal; no princípio eles estranham um pouco, depois se acostumam.

P12. Você percebe alguma melhora significativa da aluna com deficiência física com relação ao contexto social dentro da escola?
Sim.

P13. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura física adequada para atender com qualidade a aluna com deficiência física?
acho que sim.

P14. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura pedagógica necessária para atender com qualidade a referida aluna com deficiência física?
tenho minhas dúvidas.

Desde já, agradeço sua participação, que é de extrema importância na busca de uma inclusão escolar de qualidade. Obrigada.

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Carta de apresentação aos entrevistados (as)

Eu, **Mariana Pires Duarte Guimarães**, matriculada/o no Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural – EEDH, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do/a **Prof/ª. Maria Veralice Barroso, estou** realizando pesquisa intitulada "A inclusão escolar das pessoas com deficiência física (DF)".

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários e/ou realização de entrevista com professores regentes representantes do/a Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá (C.E.F. 02 Paranoá).

Assim, solicitamos sua compreensão e resposta ao questionário.

Para a realização destas técnicas de pesquisa não será necessária identificação do (a) entrevistado (a). Apenas constará o nome da instituição ou órgão ao qual o entrevistado (a) esteve ou está vinculado. Todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes. Comprometemo-nos a manter sigilo quanto ao nome dos/as respondentes.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito nos seguintes telefones: (61) 9208-2695. Disponibilizamos também o seguinte e-mail: mpdg777@ig.com.br.

Atenciosamente,

Nome: Mariana Pires Duarte Guimarães
Matrícula: 20140171479
Orientador/a: **Maria Veralice Barroso**
EEDH - SECADI-MEC

Questionário de Pesquisa sobre a "Inclusão escolar das pessoas com Deficiência Física (DF)"

Instituição de ensino: CFE 02 – Paranoá
Sexo: Feminino Data: 23/10/2015
Idade: 54
Função: Profª

P1. Você está na Carreira Magistério há quanto tempo?
25 anos

P2. Qual sua carga horária?
40 horas

P3. Você é do quadro efetivo ou temporário desta instituição de ensino?
efetivo

P4. Qual sua área de formação acadêmica?
Ciências Biológicas

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

P5. Você tem curso de aperfeiçoamento na área de Ensino Especial? Se sim, qual (is)?
Não

P6. Você já havia tido alguma experiência com alunos com deficiência?
não

P7. Para você, como tem sido a experiência com turmas inclusivas?
É um aprendizado também para nós professores.

P8. Com relação à aluna com Deficiência Múltipla (DMU), em que uma delas é a Deficiência Física, quais as dificuldades encontradas?
São a deficiência de material pedagógico

P9. Você e os outros professores regentes da aluna com deficiência física tem contato direto com a família dela?
não

P10. Quais as adaptações que você realiza para a aluna com deficiência física?
A aluna apesar de (sua) sua deficiência se adaptou muito bem com o currículo regular.

P11. Para você, como a referida aluna com deficiência física é tratada dentro da sala de aula inclusiva pelos os outros alunos?
Como a aluno tem problemas na fala no começo foi preciso, certa intervenção.

P12. Você percebe alguma melhora significativa da aluna com deficiência física com relação ao contexto social dentro da escola?
Muita. pena que não temos os recursos pedagógicos necessários.

P13. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura física adequada para atender com qualidade a aluna com deficiência física?
não

P14. Você acha que esta instituição de ensino possui estrutura pedagógica necessária para atender com qualidade a referida aluna com deficiência física?
não. nem a instituição e professores sem formação adequada.

Desde já, agradeço sua participação, que é de extrema importância na busca de uma inclusão escolar de qualidade. Obrigada.

ANEXOS

Anexo A – Termo de aceite institucional

ACEITE INSTITUCIONAL

O(A) Sr./Sra. _____

do(a) Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá, está de acordo com a realização da pesquisa "A inclusão escolar de pessoas com deficiência física", de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Mariana Pires Duarte Guimarães aluno(a) de Especialização do Instituot de Psicologia da Universidade de Brasília – IP- UnB, realizado sob orientação de Maria Veralice Barroso, após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH.

O estudo envolve a realização de coleta de dados por meio de documentação, questionário e observação participativa da aluna do 6º ano "C", com deficiência física do tipo Nanismo, da turma inclusiva e dos docentes da referida aluna. A pesquisa terá a duração de dois meses, com previsão de início em agosto/2015 e término em outubro/2015.

Eu, Michele Ferreira Nacfur, diretora do(a) Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, de de 2015.

_____

_____

Nome do(a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição